



ACÓRDÃO Nº 523/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10043/2012.

Apensos: Processo nº 10069/2012, 10078/2012 e 10070/2012.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: Adenilson Lima Reis.

4- Advogado: Caroline Mota Vieira - OAB/AM nº 10.505, Isabella Jacob Nogueira - OAB/AM nº 8.800, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM nº 7.656, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM nº 9.032, Karine Casara Batista - OAB/AM nº 10.522, e Lucas Lyra de Freitas - OAB/AM nº 10.515.

5- Unidade Técnica: DICAMI.

6- Procurador oficiante do processo: Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

7- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provedimento.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea "f", item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Conhecer o presente Recurso do **Sr. Adenilson Lima Reis**, Prefeito Municipal de Nova Olinda do Norte;

8.2. Negar Provedimento ao presente Recurso do **Sr. Adenilson Lima Reis**, mantendo-se inalterados todos os termos do Acórdão nº 55/2018-TCE-Tribunal Pleno, acostado às fls. 2533/2538.

9- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 18 de Junho de 2019

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

